

Praxis

Contribuição : R\$ 1,50

Solidária: R\$2,00

Ano IV - Número 14
Setembro/Octubre de
2009

CORRENTE MARXISTA REVOLUCIONÁRIA - Corrente Internacional *Socialismo ou Barbárie*



CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA INDEPENDENTE DOS PATRÕES E DO GOVERNO(P. 5)



**Conjuntura da América
Latina depende da luta de
classes em Honduras (p.9)**



**A democracia dos ricos
em crise (p.4)**



**A intensa exploração do
trabalho nos Call Centers
(pg.14)**

EDITORIAL:

Construir uma alternativa classista no segundo semestre

No campo da luta contra o desemprego o segundo semestre terá como característica básica a continuidade dos efeitos da crise sobre os trabalhadores (desemprego, arrocho salarial etc.), o que cobrará do movimento desenvolver formas efetivas de resistência.

Teremos uma combinação que pode ser explosiva, pois será marcada pela continuidade da recessão e por uma série de categorias importantes que estarão em campanha salarial. Indicação da probabilidade de termos importantes lutas no segundo semestre é a campanha salarial dos metalúrgicos da Volkswagen/Audi e Renault/Nissan, de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná; Volkswagen, Ford e mais seis autopeças, em Taubaté, interior do Estado de São Paulo. No ABC paulista os sindicatos também preparam ações para pressionar a patronal.

É importante esclarecer que não temos ilusão alguma de que os dirigentes (CUT) destas categorias irão propor qualquer ação ou reivindicação que sirvam para unificar as lutas do segundo semestre, pois farão de tudo para que estas mobilizações fiquem restritas às categorias, às reivindicações meramente salariais e para que estas “lutas” não respinguem no governo Lula. No entanto, o fato é que diante das altas taxas de lucro das montado-

ras – sustentadas, além do mais, pelas políticas de isenção fiscal dada pelo governo Lula – e do arrocho salarial, mesmo sob a direção traidora da CUT/Força Sindical, os trabalhadores são impelidos à luta.

Este é um importante momento onde CONLUTAS e Intersindical devêm convocar os trabalhadores em greve para que se unifiquem com as demais categorias que estão, também, em



processo de mobilização. **CONLUTAS e Intersindical não podem cometer os mesmos equívocos superestruturais e corporativistas dos últimos tempos, sob pena de atrasarmos ainda mais a construção de uma alternativa real para os trabalhadores.** Na etapa em que vivemos só poderemos resistir com a mais ampla unidade pela base, enfrentando as direções burocráticas, e com um conjunto de bandeiras que respondam às necessidades imediatas e apontem para a ruptura com o sistema gerador

de todas as mazelas: o capitalismo.

Parte complementar da situação política é a crise que apesar de todos os esforços do governo e dos demais partidos da ordem permanece candente. Como todos sabem, a oposição burguesa não em condições políticas/éticas para se colocar como porta-voz de qualquer “moralização” do Senado ou de qualquer outra coisa. Assim, acabou sendo feito um acordo

velado entre oposição e governo para diluir a crise de forma que esta não fosse transferida para as ruas e resolvida pela juventude e pelos trabalhadores. Afirmamos no artigo *A crise da democracia dos ricos* que “não há grande novidade neste caso em relação ao modo como a burguesia nacional conduz a sua política”. Desta forma uma alternativa clas-

sista não pode se restringir ao “Fim do Senado, por uma Câmara única”, como faz PSTU e CONLUTAS, pois esta formulação mal arranha o problema.

EXPEDIENTE:

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Antonio Carlos Soler, Ezequiel de Oliveira e Rosi Santos.

De outra forma, é necessário criar uma alternativa que questione o conjunto da estrutura política do Estado capitalista através de um sistema de reivindicações que se inicia na exigência da renúncia de Sarney e construa pontes até a imposição de um governo dos trabalhadores, condição necessária para qualquer mudança efetiva.

A proposta que alguns setores fazem de Assembléia Constituinte Soberana tem a sua validade enquanto articuladora entre a atual crise da democracia burguesa e uma saída radicalmente estabelecida pela luta. Mas, não podemos parar aí; devemos apresentamos a formulação de Assembléia Constituinte Revolucionária para que os trabalhadores encontrem caminhos

para substituir a representação formal (burguesa) por uma estrutura de poder baseada na mobilização e em organismos de representação direta, estas são as condições necessárias para a conquista do poder pelos trabalhadores que se materializa no seu governo e Estado próprio.

Superar a dispersão dos lutadores socialistas

A cada etapa da luta de classes fica mais claro que a dispersão entre os lutadores revolucionários cria extremas dificuldades para a construção de um pólo político alternativo às falsas alternativas para os trabalhadores que partidos como o PT e agora o PSOL, representam. A crise econômica mundial e o seu desdobramento no Brasil tornaram esta realidade mais crítica. Demonstra com mais clareza ainda que as correntes revolucionárias dispersas não constituem um centro de atração para as novas gerações de lutadores que surgem no enfrentamento com o governo e com os patrões. A resposta parcial que mesmo as maiores correntes, como o PSTU, estão dando diante dos ataques aos trabalhadores torna a necessidade de uma autêntica síntese revolucionária ainda mais urgente. Um processo de unificação possibilitaria não apenas a soma aritmética das correntes existentes, pois este novo pólo certamente animará para a militância revolucionária milhares de lutadores.

Cabe aqui fazer uma referência crítica de como o PSTU vem tratando, por meio de Eduardo Almeida Neto (direção do PSOL), a questão da crise política no interior do PSOL expressa em seu último congresso. A questão é que Heloisa Helena tem resistido em assumir a candidatura à presidente

para 2010 além e dar declarações elogiosas sobre Marina Silva (ex-PT e atual pré-candidata do PV). No artigo citado é possível ler “Queremos fazer um chamado a todas as correntes e militantes do PSOL. A crise do congresso é expressão de um retrocesso evidente, que pode se agravar. Existem milhares de companheiros do PSOL com quem militamos no dia-a-dia no movimento sindical, estudantil e popular. Apesar das inúmeras diferenças que temos com o partido, tivemos uma frente eleitoral em 2006, através da candidatura de Heloisa Helena, com 6,5 milhões de votos.” **Ou seja, todo o chamado político que o PSTU, tanto no artigo que estamos citando quanto no seu horário eleitoral, vem fazendo ao PSOL e às suas correntes vai ao sentido de “seduzi-los” para recompor a frente eleitoral de 2006.** Nenhuma crítica aos limites programáticos, política de alianças ou mesmo sobre a contribuição financeira da Gerdau aceita por Luciana Genro na eleição de 2008 são citados.

Parece que o que importa, dentro da lógica da direção do PSOL, são os 6,5 milhões de votos que Heloisa Helena obteve em 2006. Não que a tática eleitoral não seja importante, no entanto, para os revolucionários esta deve estar a serviço da luta imediata e histórica dos trabalhadores. **A crise vivida pelo PSOL deveria ser**

um momento para realizar um chamado à construção imediata de uma Frente de Esquerda para a luta de classes, que no seu momento oferecesse, a partir de uma sólida base programática em 2010, uma alternativa eleitoral anticapitalista às massas trabalhadoras. Ou seja, o que é decisivo para os trabalhadores é a construção de um bloco de classe não só pelas eleições, mas, fundamentalmente, para enfrentar os imensos desafios colocados na etapa aberta pela crise mundial.

Este é um momento oportuno para iniciar os debates em torno da construção de um partido revolucionário com a unificação de todas as correntes a partir da discussão programática, metodológica e prática. O PSTU, pelo seu sectarismo, e as correntes de esquerda (1) do PSOL, pelas suas “ilusões eleitoras”, estão adiando este projeto decisivo. Assim, se faz necessário convocar todas as correntes revolucionárias e iniciar a discussão sobre a necessidade inadiável de construir um partido revolucionário com direito de tendência.

(1) É tempo de estas correntes fazer um balanço sobre a malfadada ideologia de que é possível construir um partido único entre reformistas e revolucionários. A história já demonstrou que não, pois se tratam de correntes antagônicas pelo projeto, programa e método.

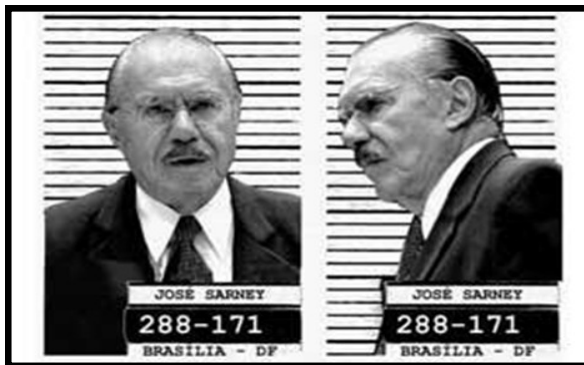
A CRISE DA DEMOCRACIA DOS RICOS

O noticiário dos últimos meses - logo após a crise das passagens aéreas que envolveu todo o Congresso - tem se concentrado nas denúncias contra José Sarney (Senador pelo PMDB, ex-presidente da República e atual Presidente do Senado). **Não há novidade alguma no caso.** Sarney está sendo denunciado por nepotismo, tráfico de influência e desvio de dinheiro público, o que também não é novidade nenhuma. Motivos que levaram outros presidentes como Antonio Carlos Magalhães (falecido coronel da oligarquia baiana), após várias denúncias, a renunciar para não sofrer processo por falta de decoro parlamentar; Renan Calheiros (PMDB e ex-presidente do Senado e da “Tropa de Choque” de Sarney), também denunciado por lavagem de dinheiro, dentre outras falcatuas, nem sequer renunciou ao mandato, após um acordo interno apenas renunciou à presidência da “casa”.

Das onze representações feitas no conselho de ética do Senado, todas foram arquivadas pelo seu presidente, deputado suplente do PMDB. Da mesma forma que no episódio das passagens aéreas **quase a totalidade dos partidos estão envolvidas nas denúncias.** O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, também foi pego com a boca na botija. Um dos seus assessores foi estudar na Europa com salário pago pelo Senado e o mesmo senador teve suas contas pagas com dinheiro emprestado do Senado durante uma viagem com a família na Europa. Vários outros casos demonstram que o problema é generalizado, o famoso “mar de lama” que permeia a política dominante tem um manancial que parece ser inesgotável. Mas o problema tem que ser observado mais de perto.

Parlamento, como parte do Estado burguês e da sua característi-

ca divisão dos poderes, **em qualquer parte do planeta, representa os interesses da classe dominante independente da forma que possui**



(presidencialismo, parlamentarismo, monarquia parlamentarista, com câmara baixa, com câmara única). Desta forma, a tão propagada “maturidade” de outras repúblicas, em geral européias, não impede que representantes da classe dominante vez por outra caiam em desgraça; recentemente tivemos o caso dos deputados ingleses envolvidos em corrupção. **A própria estrutura deste Estado, fundado na propriedade privada dos meios de produção e da opressão de uma classe sobre outra, na democracia formal pela eleição de “representantes do povo”, na irrevogabilidade dos mandatos e nos altos salários dos representantes criam e recriam as condições favoráveis para todas as formas de corrupção.**

A democracia real deve ser baseada na participação direta de milhões de trabalhadores, não pode ser obra de uma minoria. A sua constituição deve começar nos locais de moradia, de trabalho e de estudo, de modo que o centro de gravidade se inverta totalmente, ou seja, aconteça de baixo para cima; os seus representantes devem ser eleitos e os mandatos revogáveis; os salários não podem ultrapassar a média salarial de trabalhadores. Está mais do que demonstrado que a democracia formal (também conhecida como

democracia dos ricos) não serve para os trabalhadores. Qualquer forma de representação indireta dentro do Estado capitalista está a serviço da elaboração e imposição de leis voltadas para manter/aprimorar a exploração e mais vantagens para as frações dominantes. Vários exemplos atuais da política do governo Lula e do atual Parlamento vão neste sentido.

É importante polemizar em duas frentes. Tanto com aqueles que se restringem à defesa de um Congresso baseado em uma Câmara Única de representantes - proposta correta, pois o Senado existe apenas para enfraquecer as pressões populares sobre o Congresso mas extremamente parcial -, como faz o PSTU e, conseqüentemente, a CONLUTAS, quanto com os que elaboram uma proposta de Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana. Apresentar uma proposta aos trabalhadores que não vai para além da democracia formal, CONLUTAS e PSTU), **consiste em um rebaixamento do programa que só pode ser explicado pela adaptação desta direção à lógica dominante da democracia formal.** Por isso, neste momento de crise, devemos construir um sistema de reivindicações que passam pelo *Fora Sarney, Fim do Senado, por uma Assembléia Constituinte Revolucionária, por um governo dos trabalhadores.*

Na primeira formulação (CONLUTAS e o PSTU) se restringem ao “Fim do Senado, por uma Câmara única”; esta formulação mal arranha o problema. **O “fim do Senado” não pode ser uma bandeira em si mesma, esta deve encontrar uma série de reivindicações que conduzam a uma perspectiva de ruptura revolucionária,** ao contrário disto um programa para este momento fica restrito aos marcos da institucionalidade burguesa.



Por outro lado, é importante encontrar as tarefas que sejam pontes entre a situação atual e as reivindicações transitórias. Na segunda formulação (LER-QI)(1), é levado em consideração que o Brasil tem uma série de questões democráticas, como a reforma agrária, que ainda não foram resolvidas, assim a proposta de Assembléia Constituinte tem a sua validade enquanto articuladora entre a atual crise da democracia burguesa e uma saída radicalmente estabelecida pela luta dos trabalhadores. Porém esta elaboração não deixa claro que as “tarefas de-

mocráticas” só podem ser levadas a cabo de forma conseqüente pela luta dos trabalhadores pelo seu poder político.

Acontecimentos políticos recentes na América Latina - é o caso da Bolívia, em que a burguesia da “meia lua” enfrentou o poder central e a assembléia constituinte, além de Honduras, onde apenas a possibilidade de uma nova assembléia constituinte motivou o golpe de estado em curso neste país - demonstram que nenhuma Assembléia Constituinte, sem a mais radical mobilização dos trabalhadores, pode

assegurar avanços democráticos. Por isso, apresentamos a formulação de **Assembléia Constituinte Revolucionária** como meio tático para que os trabalhadores encontrem caminhos para substituir a representação formal (burguesa) **por uma estrutura de poder baseada na mobilização e em organismos de representação direta dos trabalhadores, fóruns que só podem ser construídos na luta direta. Estas são as condições necessárias para a conquista do poder pelos trabalhadores que se materializa no seu governo e Estado próprio.**

Perspectivas para o segundo semestre de 2009

Por Antonio Carlos Soler

Por uma saída independente dos padrões e do governos

Desde o final de 2008 o governo Lula e o grande capital vêm tratando de implementar uma série de ações para transferir aos trabalhadores o custo da crise: demissão em massa, redução de salários, redução de impostos para o grande capital, intensificação da exploração através do aumento das horas-extras e outros mecanismos, redução de gastos nas áreas sociais (saúde, educação) etc.

É fato que o elemento que detonou a crise internacional - uma combinação de superprodução e especulação através do mecanismo internacional de compra e venda de títulos e derivativos - não esteve presente no Brasil e em parte dos chamados países emergentes. Porém, a economia (produção, mercado e finanças) capitalista internacional desde o final do século XIX constitui uma totalidade na qual, apesar das especificidades, todos os países fazem parte do mesmo fenômeno econômico.

Dados recentes sobre a produção industrial no Brasil indicam uma ligeira melhora no desempenho do setor, assim a indústria apresentou um crescimento de 2,2 % em julho em relação ao mês anterior; no entanto, “Nos primeiros meses a produção industrial acumulada apresentou queda de 12,8% em relação ao mesmo período de 2008. Até o final de 2009 o desempenho será melhor, mas sem chegar a ser positivo”. **O chamado**

início da recuperação econômica, como se vê, é bastante frágil, principalmente comparado com as perdas dos últimos meses, “Na comparação com julho do ano passado, a produção industrial amarga uma queda de 9,9% - a menor nessa base de comparação desde março (-9,7%). No acumulado de janeiro a julho, a retração chega a 12,8% e nos últimos 12 meses fica em -8%.”. Se levarmos em conta as indefinições na economia mundial, em relação aos ritmos e a sustentabilidade da recuperação, a ligeira recuperação da indústria no Brasil pode retroceder nos próximos meses.

É interessante notar também que existe um descompasso entre a apresentada recuperação da atividade industrial e o nível de emprego na indústria. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dá conta de uma **queda de 5,1% no nível geral do emprego no primeiro semestre**, atingindo 8,1% da População Economicamente Ativa (PEA).

O problema é a utilização de uma metodologia onde os trabalhadores que deixaram de procurar emprego nos últimos meses e os trabalhadores em tempo parcial (bicos) não são contabilizados, o que contribui para maquiar a realidade. Parece que não é verdade que as “coisas estão melhorando”.

Desde setembro de 2008 apenas a indústria paulista eliminou 199,5 mil postos de trabalho. Somente no mês de junho só a indústria paulista demitiu 3,5 mil trabalhadores. Em relação ao total de emprego na indústria, segundo o IBGE, houve uma queda de 7% em relação ao mesmo mês de 2008 e a **massa salarial teve queda de 3,8% em relação ao mesmo mês de 2008.**

Como se pode verificar, no Brasil **os mecanismos de transferência da crise para os trabalhadores foram extremamente eficientes** neste período de crise econômica internacional com terríveis repercussões para o emprego e para a renda da ampla maioria dos trabalhadores. Tais políticas anticíclicas têm como base a transferência para os trabalhadores os custos da crise gerada pelo sistema capitalista. A transferência de trilhões de dólares para o grande capital se combina com as demissões em massa e outros ataques às condições de vida das massas. **A crise gerada pelo regime capitalista não pode ser paga pelos trabalhadores; é por isso que fazem falta ações coordenadas em nível continental e internacional.** Desta forma, a luta de classes no segundo semestre terá como característica a continuidade da crise que afronta os trabalhadores, o que demandará formas radicais de resistência. ➡

Recessão planetária está longe de se dissipar

As políticas de transferência da crise econômica capitalista para os trabalhadores têm colocado **enormes desafios em todo mundo e provocado fenômenos políticos como o Golpe de Estado em Honduras**, com repercussões decisivas para a correlação de forças entre as classes sociais na América Latina e no mundo.

A crise, que combina elementos clássicos como a superprodução de mercadorias, e elementos ligados ao desenvolvimento de crise estrutural do capital (baixas taxas globais de acumulação, típicas da financeirização do capitalismo pós-boom econômico), tem como saída generalizada para recompor valor e taxas de lucro, por um lado, a redução de força de trabalho (demissão em massa) e, por outro, a transferência de trilhões dos cofres públicos em todo mundo diretamente para as contas dos bancos e das grandes empresas. A imediata redução das transações internacionais afetou todos

os países.

A economia mundial está longe de superar definitivamente a recessão na qual mergulhou. Se as políticas “anticíclicas” salvaram o planeta da depressão à custa de trilhões de dólares, “Só nos EUA... no mínimo 12 trilhões de dólares estão envolvidos, e um quarto disso já foi gasto. Ao lado da elevação de despesa está o grande estímulo fiscal, empurrando o déficit orçamentário federal para 13% do PIB deste ano.”, as instituições financeiras ao tomar o dinheiro público o utilizam para sua própria capitalização e não para realizar empréstimos, o que apesar de toda essa a economia mundial continua com um fraco desempenho.

Para agravar a situação orçamentária dos governos exerce uma forte pressão inflacionária sobre a maior parte dos países centrais, o que tem colocado para as economias uma séria contradição, pois “Parar de gastar agora é arriscar-se a uma nova recessão e a uma profunda deflação (estag-deflação). Manter os gastos é

arriscar-se a uma nova recessão, como o aumento das expectativas de inflação (estag-inflação)”. **Ou seja, de acordo com esta análise para nada esta garantida que haja uma recuperação sustentável em curto prazo, pois a retomada do crescimento é ameaçada simultaneamente por uma eventual escalada inflacionária;** o que obrigaria uma elevação das taxas de juros e, conseqüentemente, a contração econômica impulsionada pelos déficits públicos astronômicos, se mantida a política fiscal. De outro lado a ameaça inflacionária não seria menos ameaçadora, pois coloca em risco toda a arquitetura “anticíclica” dos governos. A difícil retomada do crescimento da economia mundial, pelos fatores expostos acima, colocam para economias como as do Brasil - onde governos já anunciam a retomada linear da recuperação econômica - um sinal de alerta, pois, diante da perspectiva de novos freios no mercado mundial, a incipiente melhora da economia brasileira não pode se sustentar.

Superar a limitada resistência do primeiro semestre

É um crime político transformar uma derrota em vitória ou vice-versa. Exemplo recente dos malefícios desta conduta política foi a avaliação feita pela CONLUTAS da mobilização dos metalúrgicos de São José dos Campos contra os ataques da GM, que, dentre outras coisas, queria impor o banco de horas e a redução e o contrato temporário de trabalho. Particularmente em relação a GM de São José dos Campos, a empresa vai, justamente, atacar primeiro o elo mais fraco: os temporários contratados em 2008. O que queremos demonstrar com esta pequena descrição? E que ao não avaliar concretamente o que significava a introdução dos contratos temporários, a direção da CONLUTAS não preparou os trabalhadores a contento para os futuros enfrentamentos com a patronal, fato que contribuiu para que não houvesse resistência diante da demissão de mais de 800 trabalhadores.

No segundo semestre, teremos uma combinação que pode ser explosiva, pois será marcada pela continuidade da recessão - e, conseqüentemente, das políticas de transferência da crise para os trabalhadores - e por uma série de

categorias importantes que estarão em campanha salarial. **Esse quadro certamente provocará uma nova polarização na luta de classe na medida em que categorias como os funcionários da USP, professores, trabalhadores da previdência, petroleiros que têm pendências do primeiro semestre puderem combinar suas lutas e reivindicações com metalúrgicos, químicos, correios e outras categorias que iniciaram a sua campanha salarial agora.**

Não podemos deixar de considerar que as direções burocráticas procurarão inviabilizar qualquer questionamento das políticas - públicas e privadas - de transferência da crise para os trabalhadores, mas cabe aos lutadores e lutadoras e suas organizações encontrarem pontes para impulsionar e combinar as lutas que ocorrerão no próximo período.

Os dados demonstram claramente que a burguesia e o governo continuam transferindo a crise para o conjunto dos trabalhadores no segundo semestre com arrocho de salários, com o Estado capitalista e os governos burgueses garantindo as condições de superexploração - inclusive com a dura

repressão policial -, com a transferência de dinheiro público para os patrões.

Organizações como a CONLUTAS e Intersindical, que se colocam como classistas, não podem cometer os mesmos equívocos superestruturais e corporativistas dos últimos tempos - em que não contribuíram com a mobilização e muito menos com o fortalecimento de uma perspectiva de classes independente para os trabalhadores - sob pena de atrasarmos ainda mais a construção de uma alternativa real para a CUT e demais centrais que estão no campo do governismo e da conciliação de classes.

Tudo Isso coloca para o segundo semestre, particularmente para as categorias que entraram em campanha salarial, o desafio de unificar as suas campanhas com um comando de base nacional e unificado para que a luta combine as reivindicações específicas com a luta geral contra o desemprego e outros ataques aos direitos e as condições de vida dos trabalhadores, além de uma saída classista para a crise recente que vive a democracia dos ricos expressa pela crise do Senado.



Para organizar as categorias em luta e o conjunto dos trabalhadores, propomos uma plenária nacional de base com delegados eleitos na base das categorias em luta para organizar pela base a resistência no segundo semestre.

Neste sentido, construir uma frente classista nas lutas contra o governo e os patrões de forma totalmente independente - inclusive das centrais pelegas - é decisivo. A CONLUTAS tem diante de si o desafio de se constituir como organização que supere as direções tradicionais, construir um frente que se diferencia política e programaticamente da CUT e da Força Sindical. **Para tanto precisa levar aos trabalhadores sistematicamente uma política diferenciada destas centrais. Ações como a do dia 14 de agosto (plano de luta unificado), por exemplo, onde**

não se delimita claramente quais são os pontos de diferenciação, não contribui para disputa política na base da CUT.

A unidade na ação - para enfrentar o desemprego, por exemplo - só faz sentido se for acompanhada de uma política de diferenciação do governo, do capital e, também, da burocracia sindical. A luta contra as demissões só pode ser levada a cabo com a superação de um dos principais entraves: a burocracia sindical.

É evidente que exigir que a burocracia mobilize contra os ataques aos trabalhadores é parte da tática para desmascará-la, mas não se pode esquecer que parte fundamental desta tática é fazer a diferenciação política e a denúncia sistemática para as massas do papel da burocracia.

A etapa de mobilização em que vivemos só poderá ser cumprida com a mais ampla unidade pela base, enfrentando as direções burocráticas e com um conjunto de bandeiras que respondam às necessidades imediatas e apontem para a ruptura do sistema gerador de todas as mazelas do capitalismo, tais como: redução da jornada de trabalho sem redução de salário; estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que demitirem; fim do PAC, dinheiro público só para obras públicas; reforma agrária sem indenização e controlada pelos trabalhadores; não pagamento da dívida interna e externa para aumentar significativamente saúde e educação; Fora Sarney, Fim do Senado, por uma Assembléia Constituinte Revolucionária, pelo Governo dos trabalhadores.

Greve da USP:

A construção de toda forma de justificação ideológica trata de apresentar parcialmente a realidade, separar mecanicamente causas e efeitos e



naturalizar o que é histórico. O marxismo procura fazer o caminho inverso ao anteriormente descrito, buscando explicações / avaliações totalizantes, históricas e dialéticas. No que pese a disputa entre as organizações políticas que atuam nas várias frentes de luta dos trabalhadores e da

juventude, o esforço para realizar avaliações objetivas das lutas e das condições que derivam delas é decisiva para orientar os próximos passos do movimento. Essa, infelizmente, tem sido uma prática rotineira que somada a outros fatores não contribui para a luta dos trabalhadores, ao contrário, tem desarmado subjetivamente vários setores. A seguir temos um exemplo recente da maneira como muitas correntes utilizam a justificação para tentar esconder suas fragilidades, criando ilusões e desarmando a vanguarda, os trabalhadores e os estudantes para os próximos enfrentamentos.

O DCE (dirigido pelo PSTU/PSOL) tratou de frear a crescente necessidade e vontade

de lutar dos estudantes (1), fatores que atrasaram de forma criminosa a unificação com os professores e os funcionários, os últimos já em greve por reivindicações decisivas para o conjunto da comunidade que questionavam a estrutura de poder no interior da universidade e a política privatista e elitista do governo Serra. Por força da mobilização e graças à indignação diante da repressão policial aos piquetes, estudantes e professores entraram em greve. Com a greve instaurada em todos os setores e ganhando apoio da "opinião pública" e de outros trabalhadores e estudantes, o governo Serra intensificou sua política repressiva (2), o que gerou mais indignação e radicalização da luta.

Na semana seguinte foi realizado um grande ato na Avenida Paulista com aproximadamente sete mil pessoas, o que demonstrou grande força e potencial da mobilização. no Campus do Butantã.



Apesar disto, a política da sua direção (fórum das seis, DCA) nesta mobilização não serviu para impulsionar outros processos. No final da manifestação foi anunciado que o Conselho de Reitores propôs a “retomada das negociações” (no dia 22 de junho) e a retirada da tropa de choque do campus, com a condição de que os piquetes fossem suspensos neste momento deveria ter continuado a resis-

tência, mas infelizmente isso não ocorreu.

Isso ocasionou uma “estranha” apatia na semana seguinte. Resultado: o **Conselho de Reitores não atendeu nenhuma das bandeiras fundamentais, nem as democráticas e nem as econômicas. Suely continuava no cargo, Brandão demitido, os processos políticos contra ativistas continuam em curso, a re-**

solução do Conselho Universitário autorizando a entrada da força policial na universidade está mais do que mantida, a UNIVESP (apenas prorrogada), as reivindicações salariais não foram atendidas.

(1)A Ler-qi, com uma estratégia centrista, em vários momentos capitulou a política do PSTU. Fatores que atrasaram o movimento.

(2)No dia 9 de junho - ataca violentamente uma manifestação no interior da universidade.

Um balanço necessário:

Mascarar a realidade não contribui para o avanço da luta

O que explica que uma crescente mobilização tenha refluído de forma tão abrupta? Para nós o elemento fundamental foi a política da direção deste movimento.

Primeiro por ter aceitado negociar com a reitoria - reconhecendo sua autoridade (Como se pode sentar para negociar com inimigo que se quer a cabeça em um momento que é possível continuar lutando?) - e por suspender os piquetes da greve. **Segundo**, porque após a passeata dos sete mil não houve mais nenhuma iniciativa política para aglutinar em uma ação conjunta todos os setores. (1). Desta forma, nenhuma das reivindicações importantes foi atendida sem ter sido dada todas as cartas possíveis.

Apesar da heróica resistência dos funcionários da USP que suportaram de forma isolada, inclusive pela CONLUTAS e Intersindical, as pressões mais difíceis deste movimento, pois são os trabalhadores que tem a sua sobrevivência ameaçada em uma greve que reúne trabalhadores e estudantes. Apesar de respeitar a combatividade do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), não podemos nos furtar ao debate franco que a luta de classes exige e, neste sentido, avaliarmos que medidas políticas como negociar com Suely e suspender os piquetes foram equivocadas.

Não concordamos em absoluto, por todos os motivos expostos acima, com a avaliação da greve na USP, no primeiro semestre, realizada pelas correntes (PSTU, PSOL, LER-QI) e pelo Sintusp que afirmam que houve uma vitória do movimento no primeiro semestre. **Neste sentido, a metodologia destes setores se assemelha à utilizada tradicionalmente por todos os setores burocráticos. Ou seja, a burocracia sempre coloca o seu prestígio pessoal na frente de qualquer análise concreta da realidade. Não é isso o que nos legou o melhor da tradição revolucionária de Lê-**

nin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, pelo contrario, sempre se coloca a necessidade de tirar todas as lições do passado doa a quem doer.

Infelizmente a direção do Sintusp não fugiu desta lógica. No jornal do Sintusp de agosto de 2009, dedicado ao balanço da greve, afirma-se que “... a greve dos trabalhadores da USP “teve como subproduto três conquistas extremamente importantes, para além das conquistas econômicas parciais...” dentre estas conquistas são elencados, o “exemplo de como se deve lutar para resistir aos ataques que serão descarregados sobre a classe trabalhadora frente aos impactos da crise econômica mundial”; o “exemplo de como os trabalhadores podem e devem levantar as demandas dos demais setores explorados” e “colocou em evidência o caráter oligárquico e reacionário da estrutura de poder e das camarilhas que governam a universidade”.(2)

Como se pode ver, o exemplo citado acima torna explícito o que afirmamos em relação aos perigos de transformar derrotas em vitórias. Não podemos negar que a luta dos funcionários do primeiro semestre colocou em evidência uma série de problemas políticos e estruturais da universidade e que a força da sua mobilização praticamente empurrou os demais setores da universidade ao processo de unificação do movimento grevista, **mas não podemos medir o resultado de uma luta pelas intenções do movimento** é necessário verificar objetivamente quais foram os resultados políticos e econômicos da luta.

Acreditamos que a greve do primeiro semestre foi sim um ensaio da luta que pode ser desenvolvida nos próximos meses, onde houve uma afeição das forças antagônicas, ou seja, Serra / Suely, de um lado, estudantes e trabalhadores, de outro. **Neste processo não houve uma derrota categórica do movimento grevista, mais objetivamente, pela política da direção todas as fichas não foram jogadas o**

que levou ao fortalecimento circunstancial das forças governistas na Universidade.

O Fórum das Seis e o DCE lançaram no final do primeiro semestre o “Movimento pela democratização da USP”. Este fórum só pode servir para a mobilização e superar o regime oligárquico e elitista da USP se **colocar no centro das discussões todas as demandas não atendidas do primeiro semestre, dentre elas se destacam a readmissão de Brandão, o fim de todos os processos políticos, o fim da ameaça de demissão de mais de cinco mil funcionários, o fim do vestibular e da Univesp, e a bandeira que sintetiza tudo isso: Fora Suely.**

É necessário retomar a mobilização no segundo semestre superando problemas que foram decisivos para que o movimento não tenha sido vitorioso na etapa anterior. Em primeiro lugar, **romper com a fragmentação e iniciar o segundo semestre com um processo de mobilização com pauta, calendário e fóruns comuns entre funcionários, estudantes e professores. A fragmentação do primeiro semestre foi um elemento central para a derrota do movimento. Outro aprendizado decisivo é que não poderemos derrotar Serra/Suely abrindo mão dos instrumentos de luta e das bandeiras que unificam o movimento.**

(1)Tínhamos uma proposta concreta no sentido de realizar um acampamento em frete a reitoria, essa medida aglutinaria os estudantes, funcionários e professores durante a greve.

(2)Ao aceitar retirar os piquetes (instrumento legítimo de luta em defesa da existência real da greve decidida por maioria) em um momento onde havia uma intensificação da luta foi outro equívoco que desarmou o movimento e acabou com uma importante atividade de aglutinação da vanguarda.

América Latina:

Conjuntura de crise, golpes reacionários, polarização e crescente resistência popular

O futuro está sendo jogado em Honduras

Por Roberto Sáenz(1)



“O que passou em Honduras não é piada. Não se consegue comprando constitucionalista para que digam que não houve golpe porque, salvo o Executivo, se mantiveram “intactos” os demais poderes do Estado. Aqui não é a questão de Zelaya sim, Zelaya não, Chávez sim, Chávez não. Derrubaram um presidente com pijamas. O desenlace que se perfila, representa um forte retrocesso para as democracias da região e uma séria ameaça para a estabilidade de seus sistemas políticos. Há dois anos nem o mais louco conspirador imaginava um golpe militar na América Latina. Hoje, sob determinadas circunstâncias, tomando as precauções de cada caso, todas as opções voltam a estar sobre a mesa. Já o sabem os autonomistas bolivianos, os magnatas bananeros de Guatemala e Equador, os ovidistas paraguaios, os discípulos de D’Aubisson em El Salvador, os ex-contras nicaraguenses, os fedecamaristas venezuelanos e os plantadores piqueteiros da Argentina” (2).

A introdução do fator militar na vida política latino-americana acabou de decantar o início de uma nova conjuntura com elementos reacionários e polarização na região. Trata-se da quarta desde que se abriu o atual ciclo de rebeliões populares no início do século XXI, ciclo que continua vigente. A primeira consistiu nas rebeliões populares propriamente ditas. A segunda esteve marcada pelo ascenso ao governo de “progressismos” em suas dis-

tintas variantes (de Chávez a Lula). A terceira pela mediação da rebelião por estes mesmos governos “populares” e a emergência de oposições da direita conservadora. A quarta está sendo marcada pelo Golpe de Estado em Honduras.

Trata-se de um contexto com crescentes elementos reacionários, crescente polarização entre determinados Estados (Colômbia, Venezuela e Equador), porém também da emergência de um processo de resistência popular a estes mesmos golpes (Honduras).

Parte destas mesmas tendências é a implantação de sete bases ianques na Colômbia, acontecimento que tem marcado outro elemento de peso nas últimas semanas. O fato é que as políticas para América Latina do governo de Obama têm se deslocado para a direita à medida do aprofundamento da crise hondurenha.

Contudo, nunca se deve perder de vista que o ponto essencial de toda conjuntura política está na evolução concreta da luta de classes e que a golpes reacionários, e como “repiques” dos mesmos, pode seguir-se uma radicalização da experiência dos explorados e oprimidos, tal qual está ocorrendo, neste mesmo momento, no país “Catracho”(3). Isto é precisamente o que está ocorrendo onde hoje está a chave de toda a evolução regional: a resistência anti-golpista que se desenvolve em Honduras, sem que predefini-

do, todavia, definirá o desenlace da conjuntura regional.

Quando o fator militar volta à cena

O primeiro elemento para dar conta da nova conjuntura é compreender como o fator militar voltou à cena política. Na história da região tem sido comum – mais ainda na América Central - o fato de que repetidas vezes a classe dominante, de mãos dadas com o imperialismo ianque, apela ao poder “nu”: o porrete repressivo das FFAA.

Diferentemente das últimas décadas, onde as FFAA foram a garantia do poder burguês, o mecanismo por excelência da dominação tem sido o engano das massas mediante as eleições, em outras circunstâncias históricas esta dominação se exerceu diretamente “manu militari”. A história dos golpes militares em toda a região é suficientemente eloquente para que necessitemos voltar a lembrá-la aqui.

Porém, nas últimas décadas as burguesias regionais e os EEUU impulsionaram o contrário: a apelação ao mecanismo do engano como forma privilegiada para fazer valer seus interesses de classe.



Isto implica em “contradições” nos últimos tempos. No contexto da via eleitoral tem emergido uma série de governos burgueses reformistas que não respondem diretamente às ordens do império, o que em Honduras está sendo jogado é a eventualidade de que os golpes militares – em todo caso numa versão “atenuada” do século XXI e primeiramente é preciso observar como terminara a experiência em Honduras – se transformem novamente em uma das alternativas para o exercício da autoridade

Está claro que ambas as vias nunca são “excludentes”: determinados regimes políticos – como o próprio Uribe na Colômbia hoje em dia – vem combinando ambos componentes em distintas proporções: o porrete e a cenoura.

A novidade é que com o golpe em Honduras e o estabelecimento de novas bases norte-americanas na Colômbia, a introdução do fator militar está dando um salto de qualidade que não deixa de ser uma ameaça ao processo de rebelião popular latino-americano: “Não precisa ser um especialista militar para comprovar que com a entrega destas bases Venezuela fica completamente rodeada, vítima do assédio permanente das tropas do império estacionadas na Colômbia, além das bases nativas e dos “paramilitares”.

A isto temos que agregar o apoio que esta ofensiva dá contra a revolução bolivariana; das bases norte-americanas em Aruba, Curaçao e Guantánamo; a de Palmerola, em Honduras; e a Quarta Frota que dispõe de suficientes recursos para patrulhar efetivamente todo o litoral venezuelano. No Paraguai, EEUU garantiu o controle da estratégica base de Mariscal Estigarribia que conta com uma das pistas de aviação mais extensas e resistentes da América do Sul. Também este país dispõe de uma enorme base em Pedro Juan Caballero(4).”

Desde já o desenlace da atual luta antigolpista em Honduras

(desenlace que insistimos: ainda não está definido) não deixará de ser um fator de primeiríssima ordem: os elementos de “militarização” da vida política regional se reafirmarão ou não dependendo do resultado desta heróica luta.

Falando Baixinho, porém levando um grande porrete

“Se trata de um elemento desproporcional e inédito da presença militar norte-americana na região, em momentos em que nenhum país sul-americano é uma ameaça direta para sua segurança. A guerra fria ficou para trás, contudo isto se dá no marco do crescimento do Brasil como jogador global. O horizonte estratégico das políticas dos EEUU na região é o Brasil (5)”.

Um fator fundamental para a conjuntura regional tem diz respeito com a política de Barack Obama para a mesma. O fiel da balança da sua política para a região está definindo seu cada vez mais reacionário papel em Honduras (e agora o tema das bases na Colômbia). Como atinadamente assinalou o cientista político Atilio Borón: “Barack Obama, a quem os perpetuamente desorientados ‘progres’ europeus e latino-americanos continuam confundindo com Malcom X, está seguindo ao pé da letra os conselhos de Theodore Roosevelt, o pai da grande expansão imperialista norte-americana no Caribe e na América Central, como dizia ‘speak softly and carry a big etick’, (‘fale baixinho, porém leve um grande porrete’). Com sua política de re-militarização forçada da política exterior para América Latina e Caribe, Obama se lança pelo caminho traçado pelo seu antecessor (6)”.

Precisamente, a respeito do caso de Honduras, o governo de Obama tem se caracterizado por deslocar-se cada vez mais para a direita. Nos primeiros dias do golpe, Obama havia aparecido em todos os meios “condenando-o”, talvez preocupado com a necessidade de recuperar a legitimidade perdida dos

EEUU frente aos povos do mundo e da região. Contudo, com o transcorrer das semanas, o que se observa é o mesmo que está ocorrendo em praticamente todas as demais frentes da sua gestão: um permanente descolamento para a direita.

Sobre Honduras, o gatopardismo imperial de Obama tem cada vez menos de “gatopardismo” e mais de defesa dos interesses, digamos, permanentes do imperialismo em seu pátio traseiro: “Em 1929, querendo explicar quanto era fácil comprar um congressista, Samuel Zamurray – aliás, “Banana Sam” – presidente da Cuyamel Fruit, empresa rival da United Fruit, afirmou: ‘Um deputado em Honduras custa menos que uma mula’. No final dos anos 80, o presidente José Azcona Hoyos admitiu a submissão de Honduras à estratégia dos EEUU confessando: “Um país tão pequeno como Honduras não pode permitir-se ao luxo de ter dignidade”. Hoje a relação econômica com a grande potência estadunidense é de dependência quase absoluta: mais de 70% de suas exportações (bananas, café e açúcar); e dali foram enviados uns três bilhões de dólares às suas famílias, na qualidade de remessas, pelos 800 mil hondurenhos emigrados.

E o capital principal (40%) das fábricas maquiladoras (de mão-de-obra barata) em zonas francas é estadunidense(7).” Com um cinismo quase que abertamente descarado “Obama Sam” acaba de declarar que “não tem um botão” para apertar no sentido de conseguir o restabelecimento de Mel Zelaya ao governo (todos sabem que EEUU tem sim “um botão” e que o apertou várias vezes; que o digam Hiroshima e Nagasaki...).

Mais ainda, acaba de acusar de “duplo discurso” aqueles que “vivem falando contra a intervenção dos EEUU na América Latina” e querem agora que seu governo atue contra os golpistas...



Aqui o jogo duplo já é escandaloso: a política de condenar em palavras e a ausência total de toda ação no sentido de dar algum passo efetivo contra os golpistas. O que está se demonstrando é a queda da máscara, que Obama sequer conseguiu colocar. A situação de Honduras está obrigando-o a deixar de lado toda veledade discursiva porque a verdade é que EEUU se sente muito mais cômodo com Micheletti do que com Zelaya.

Além disso, o principal é que a administração ianque parece dominar o critério de que, dada a heróica resistência popular hondurenha, uma eventual saída da ditadura – ainda que seja medida pelos enganadores acordos de São José de Costa Rica – poderia ser vista com um triunfo popular. A principal preocupação de Obama para a região é que o ciclo de rebeliões populares não dê um salto que questione muito mais consequentemente a subordinação ao imperialismo, ainda que disfarçada por um presidente negro. **A tática da conciliação ou onde morrem as palavras**

Chamou-se de conciliação a fracassada política dos governos da democracia burguesa imperialista frente à guerra civil espanhola e ao ascenso de Hitler na Alemanha. Está claro que essa política fracassou... Guardadas as óbvias distâncias, o progressismo continental – inclusive em suas expressões mais verborrágicas, como Hugo Chávez – tem tido uma orientação similar frente ao

golpe hondurenho devido aos seus intransponíveis limites de classe.

É que ficam nas palavras, palavras e mais palavras, sem ser capazes de tomar uma só medida prática contra o governo de Micheletti: não têm sido capazes de convocar uma só manifestação séria de repúdio ao golpe em Honduras (e a crescente militarização da vida política continental) em seus respectivos países (e muito menos a nível continental). Acaso alguém viu uma concentração de massas em Caracas convocada por Hugo Chávez? Ou



em La Paz ou El Alto chamada por Evo Morales? Ou na região centro-americana alguma convocatória foi levada adiante pelos governos de FSLN (Ortega) ou FLNM (Funes)? Ninguém as viu porque estas convocatórias nunca existiram: trata-se de uma verdadeira vergonha que repete passo a passo a história das direções reformistas da vida toda! (8)

Talvez faça falta recordar aqui a história da horrenda saída do poder de um Juan Domingo Perón na Argentina de 1955, de um Jacobo Arbenz em Guatemala em 1954, ou, algo mais próximo

no tempo, a queda de Allende no Chile em 1973; todas as circunstâncias definidas pela mesma “tesoura”: a negativa dos governos “progressistas” em organizar as massas populares para a luta anti-golpista!

Com as lágrimas de crocodilo da OEA, da UNASUR, do MERCOSUL, ou mesmo da ALBA e de todas as demais instituições regionais a história se repete: a política da conciliação não poderá parar os golpistas. Muito menos as rodadas de negociação como as de Arias em São José de Costa Rica, onde se entrega tudo aos golpistas salvo a restituição condicionada de Zelaya... Só para que agora Micheletti não apenas siga a frente do poder, mas que se negue a receber o próprio Insulza (secretário geral da OEA) acusando-o de “parcialidade”.

Também, neste sentido, existem antecedentes recentes na mesma América Central sobre o papel da “mediação” do presidente costarricense Arias na ocasião da revolução nicaragüense nos anos 80 (grupo Contadora, Esquipulas, Sapoá), mediação na qual o sandinismo e a FLMN de El Salvador capitularam em toda a linha entregando o processo revolucionário mesmo(9).

Em todo caso, a impotência destas instituições quando se trata dos interesses populares demonstra uma vez mais seu caráter de organismos capitalistas submetidos ao imperialismo ianque.

Golpe de noite, rebelião dia!

“Têm medo? Não. Têm medo? Não. Então, adiante, adiante, que a luta é constante” (10).

No entanto, a realidade regional é muito menos simplista do que analistas superficiais poderiam acreditar. Como dizem nossos companheiros do PST sobre a situação em Honduras: “não estamos diante de uma situação normal da luta e classes, mas sim frente a um dos picos mais altos da mesma, onde toda a vida cotidiana respira política e a mobilização de massas é permanente e generalizada” (11).

No mesmo sentido, o abertamente golpista diário argentino La Nación informa que: “o governo de Micheletti se encontra acuado diariamente por manifestações, bloqueios de estradas e ocupações de edifícios pelos membros da denominada Frente Nacional de Resistência contra o golpe de Estado, que exige a restituição de Zelaya(12)”. quer dizer, no concreto caso de Honduras, o golpe tem significado uma polarização da luta de classes do país como poucas vezes se tem visto. Porém, além do mais, aqui existe uma tremenda contradição que define o caráter do golpe hondurenho: a situação segue sendo tal que para caracterizá-la temos usado a imagem “golpe de noite, rebelião popular de dia”.

Não que os golpistas não estejam firmemente instalados no poder e que o que estão enfrentando as massas hondurenhas não seja um Golpe de Estado de fato e direito. Porém, a circunstância é que não há muitos antecedentes onde 40 dias depois de um Golpe de Estado continue se manifestando uma resistência popular de massas que impede a normalização total do país.

Explicamo-nos ainda um pouco mais: é evidente que ter conseguido estar à frente do país por cinco semanas é um triunfo dos gorilas. Os mesmos têm o controle do país, controle que por agora não parece ser possível desafiar como tal.

Contudo, existe na situação política hondurenha uma enorme contradição que segue recente: o país não foi normalizado sob nenhum aspecto que se observe: a resistência segue sendo massiva e heróica. Porém quando não se tem medo em uma ditadura é um problema gravíssimo para a mesma, dado que por seu próprio caráter deve gerar medo, respeito, autoridade, terror, para ser uma ditadura real. “Os danos que já tem sofrido Honduras e o risco de que a situação social, política e econômica piore é motivo suficiente para reconhecer equívocos, para não perder nenhuma possibilidade de diálogos a fim de colocar fim à crise e reconciliarmo-nos com o mundo que, sem exceção, não considera legítimo o governo atual”. Que conste que este editorial surgiu na pagina web do diário golpista El Heraldo de Honduras na última segunda – feira 10 de agosto.

Acontece que a própria Honduras demonstra os alcances e também os limites desta conjuntura composta de elementos reacionários: parece haver espaço só para um tipo de golpe de Estado do século XXI; golpe de Estado que não parece ainda ter espaço para produzir um banho de sangue, ainda que nos últimos dias tenha apertado o torniquete repressivo e em qualquer mudança das circunstâncias poderá ser apertado muito mais...

Porém, uma ditadura que é desafiada diariamente, uma ditadura que coexiste com uma es-

pécie de rebelião popular, é uma contradição que continua buscando para onde se resolver.

Uma tendência para os extremos

Para Lula e Cristina K não caíram bem as palavras de Hugo Chávez na última reunião da UNASUR quando alertou que se começa a ouvir na região “tambores de guerra”. Da nossa parte, temos claro que as bravatas verbais do presidente venezuelano nunca passam aos fatos. Contudo, isso não quer dizer que o que tem apontado não seja verdade. Como disse o analista Juan Tokatlian: “Do conjunto da América Latina, sem sombra de dúvidas, o que hoje temos no mundo andino é inusitado em termos de tensões e lutas. Se alguém tem perspectivas históricas, esta região, que tem sido a mais estável nos último meio século, conta agora com os maiores níveis de polarização e conflito(13)”.

É que a polarização política está introduzindo a emergência do fator militar na vida política latino-americana, elemento apontado por Chávez: a região pode terminar deslocando-se a um cenário mais polarizado, mais cruzado por conflitos nas relações entre determinados Estados, inclusive a eventualidade de enfrentamentos de massas e de respostas – agora sim – revolucionárias. Esta é a dialética clássica de polarização social e política da luta de classes.

É que, no contexto do ciclo político regional de conjunto – e da crise econômica mundial em curso -, a introdução do fator militar incorpora elementos de polarização na conjuntura não só à direita, mas eventualmente também para a esquerda.



Precisamente por isso é que esta realidade tem seu reverso e concreto perigo para os de cima: nas últimas décadas a política capitalista privilegiada tem sim a “mediação” democrático-burguesa evitando como a peste os extremos. Não só os extremos direitistas... Mas também os esquerdistas. Há um ano apontávamos: “O conjunto destes elementos atua nas condições de uma crescente crise econômica mundial assim com uma crise de hegemonia do imperialismo ianque.

Estes elementos mundiais tendem a recriar um cenário internacional com características mais “clássicas”, no sentido de que talvez se possam observar no futuro próximo mais contradições inter-estados e inter-burgueses do que temos nos acostumados nas últimas duas ou três décadas. Isto é, vislumbres de crises, guerras e

revoluções”⁽¹⁴⁾.

O curso reacionário debilita a mediação democrático-burguesa e introduz um elemento imprevisível: a eventualidade de que o jogo da polarização se abra por um transborde pela esquerda, revolucionário, fator que tem estado ausente em todos estes anos.

Pode ser que a tendência de polarização dos interesses econômicos, sociais e de classe, e o desgaste dos tradicionais mecanismos da democracia patronal pelos golpes reacionários acabem abrindo uma etapa efetiva de abertura de um período de crise, guerra e revoluções na América Latina. É nisso que apostamos desde nossa Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie.

(1) Dirigente do Novo MAS (Movimento ao Socialismo – Argentina) e da Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie (SoB) da qual o Práxis é parte.

(2) Dictadura posbananera”, Santiago O’ Doncel, Página 12, 02-08-09.

(3) Palavra de origem da tradição de resistência às invasões filibusteras (aventureiros pagos pelo nascente imperialismo ianque) na América central na metade do século XIX.

(4) Atilio Boron, Página 12, 8-08-09. Para mais elementos, não se deve perder de vista o excessivo exercito da Colômbia, o segundo depois do Brasil na América do Sul, porém é relativamente maior em relação a sua população e o melhor equipado por EEUU: se trata da bagatela de 253.900 efetivos!

(5) Andres Tokatlian, La Nación, 9-08-09.

(6) Página 12, idem.

(7) El Dipro, Agosto 2009. Na mesma edição citam declarações muito ilustrativas de Manuel Zelaya: “Eu pensei em fazer duas mudanças dentro do esquema neoliberal. Porem os ricos não cedem um centavo. Querem tudo para eles. Então, logicamente, para fazer mudanças é necessário incorporar o povo”.

(8) Neste sentido, as organizações de massas que lhes são fieis – tipo CGT e a CTA na Argentina – vergonhosamente não tem movido nem um só dedo mindinho. Por exemplo, a CTA tem mandado a Hugo Yasky a Honduras... Porém não é capaz de convocar uma ornada nacional de luta contra os golpistas.

(9) Ver a este respeito, “Historia General de Centro América”, tomo VI, FLACSO, Madrid 1993.

(10) Consigna cantada cotidianamente nas ruas de Honduras.

(11) Boletim interno 36 do PSTH.

(12) A Nação, 9-08-09.

(13) A Nação, 9-08-09.

(14) SoB jornal N° 12.1



VERDADE QUE A MÍDIA BURGUESA NÃO MOSTRA

A intensa exploração dos trabalhadores em Call Center

Por Lúcio Flávio Lemos



É explícito que a mídia dominante (capitalista) é, na verdade, fonte de (des) informação para a maioria da população. Estes meios, enquanto empresas capitalistas, também são movidos pelos mesmos interesses do conjunto da classe dominante. A mídia de massas ocupa um lugar privilegiado na produção e reprodução da ideologia dominante, pois beneficia o processo de expropriação da formação intelectual da classe operária por meio da restrição ao acesso a informação. Escondem e alteram os fatos, a realidade prática; escondem que na exploração capitalista o trabalhador fica apenas com uma pequena parte de toda a riqueza gerada.

A exploração do próprio homem é tida como prática natural. É notória, nesta construção ideológica, a idéia de que o empregado deve ser submisso aos padrões e que o trabalhador deve agradecer por ter um emprego da onde “tira o seu sustento e de sua família” (a muito custo!). A mídia burguesa está a serviço do grande capital, desta forma manipula informações importantes de modo a distanciar a grande massa da compreensão concreta da realidade e, assim, distanciar-la também das ações política que possam colocar em questão o status quo. É dentro desta lógica que a realidade do trabalhador no interior dos Call Centers é omitida. A mídia trata o problema apenas como uma questão de conflitos de interesses

entre clientes e prestadores de serviço, onde as condições de trabalho daqueles que realizam a efetiva prestação dos serviços é totalmente excluído da maioria das abordagens.

Foi amplamente divulgada por estes meios as mudanças nos atendimentos dos Call Center, mas, como é o papel da mídia separar os efeitos das causas, somente um lado da moeda foi apontado. Desde 1 de dezembro de 2008 entrou em vigor o decreto nº 6.523 - assinado pelo governo Lula no dia 31 de julho - obrigando as empresas que possuem Call Center a atender os consumidores em até um minuto e facilitar o cancelamento de serviços e planos mais rapidamente. A lei também estabelece que as prestadoras de serviço não possam solicitar aos clientes a repetição da confirmação dos dados cadastrais por mais de uma vez.

A unilateralidade destas medidas é tamanha, como podemos observar na própria formação da comissão de orientação do decreto, pois é composta pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), pelo PROCON e por entidades civis de defesa do consumidor. Ou seja, não houve nesta formação nenhuma entidade ou sindicato que representasse os trabalhadores do setor. Deixamos claro que não somos contrários as medidas isoladamente estabelecidas, mas, nos opomos ao decreto, pois entendemos que nenhuma medida pode ser totalmente acertada se

privilegia somente uma parcela da sociedade. Neste sentido, denunciamos que nenhuma mudança qualitativa foi tomada para proteger os trabalhadores de Call Center, pelo contrário, foi intensificado o ritmo de trabalho e aumentou as demandas. Em suma, para não perder clientes nem serem multados, os barões das multinacionais aprofundam a exploração e jogam a responsabilidade nas costas dos trabalhadores.

E o lado dos trabalhadores, quem se importa?

As empresas do setor de telefonia fixa e móvel são líderes no ranking de reclamações no PROCON. Além dessas, as empresas em transporte aéreo e terrestre e TV por assinatura foram obrigadas a seguir a nova lei. Contudo, com novas exigências e metas de tempo reduzidas para o atendimento, as empresas de Call Center implementam uma série de mudanças para tentar aderir a essa nova realidade, causando um ataque brutal aos funcionários.

O que a mídia não revela é que os trabalhadores são obrigados a trabalhar sob um ritmo cada vez mais alucinado para, em troca, receber um mísero salário que não chega ao fim do mês. Trabalhando 06h20min por dia, nos seis dias da semana, sem contar as horas-extras, sustentados por apenas um lanche diário, com um tempo de intervalo para tal em média de 20min.



Os trabalhadores desse setor atendem todos os tipos de debilidades dos serviços que os clientes apresentam “sem nenhuma explicação lógica.” Ou seja, o tipo, o ritmo e a complexidade do trabalho se alteram e aumentam mas, o salário não. As maiores empresas de telefonia e internet, juntamente com as empresas especializadas em fornecer mão-de-obra terceirizada (como a Atento e a Contax), possuem como princípio a lógica capitalista de opressão psicológica e física por meio do monitoramento de todas as atitudes dos trabalhadores, tanto pela presença de supervisores, cobrando aumento da produtividade, quanto por meio de gravações das ligações – essas são usadas como ferramenta concreta para retaliações aviltantes. Estas ações possuem têm objetivo manter a opressão e a forma alienada da empregabilidade do trabalho humano, ou seja, um trabalho robotizado “tornando o homem em um apêndice da máquina.”(1)

Outra forma que esses grupos operam é pelo controle sistemático do TMA ou TMO (Tempo Médio de Atendimento ou Tempo Médio Operacional), com o objetivo de pressionar o trabalhador a acelerar o atendimento do cliente de maneira que o atendimento dure uma ligação telefônica num período médio de 3 min. Assim, os tele operadores chegam a atender cerca de 60 clientes por jornada de trabalho, o que leva o trabalhador a contrair mais rapidamente doenças profissionais como LER (Lesão por Esforço Repetitivo), dores na coluna, nas mãos, nos braços, ocasionando, muitas vezes, tendinite ou bursite, gerando até o comprometimento para realizar certos movimentos por esses membros.

Outras doenças, na qual os trabalhadores desse segmento estão vulneráveis a contrair, são as psíquicas, como síndrome do pânico e outras fobias provenientes do medo de ser avaliado negativamente. Isso se dá pela exposição dos funcionários à alta pressão psicológica, exercida para que estes atendam as exigências de produtividade e “qualidade no atendimento”.

O foco patronal e, também, das empresas de telemarketing/tele

atendimento nas exigências de maior produtividade é para, obviamente, obter maior lucro à custa da exploração dos trabalhadores. As ferramentas utilizadas pelos patrões passam pelo controle absoluto das ações dos trabalhadores, inviabilizando qualquer ação autônoma, os trabalhadores são mergulhados num processo de rotinização das funções pelo constante monitoramento em tempo real ou pelas gravações das ligações. Chegando ao ponto de estabelecer o que se deve pensar e o que se deve dizer durante o serviço, isto ocorre por meio de uma fraseologia para cada tipo de serviço solicitado; além da manipulação da entonação da voz



do tele operador, que deve sempre manter um “sorriso na voz”. Enfim, querem mecanizar até as manifestações emocionais, próprias do ser humano.

Para garantir que o processo de alienação do trabalho humano seja assegurado, os capitalistas se apropriam de metodologias militares baseados no sistema hierárquico de exploração, opressão e repressão da liberdade do trabalho autônomo e criativo. Os comandos passam de subordinado a subordinado: os diretores cobram os gestores (coordenadores), que cobram os supervisores e que, por fim, cobram os tele operadores.

Estes “operários da globalização e da tecnologia”, oprimidos e explorados pela burguesia multinacional, sofrem com o estabelecimento de banco de horas, como medida de “compensação” às horas extras de trabalho não pagas, isto leva a maior embrutecimento do trabalhador e ao aumento da exploração pela ampliação da jornada de trabalho. Numa escala tida como

“normal” um trabalhador de Call Center tem uma jornada de trabalho de cerca de 40 horas semanais divididas em 06 dias da semana, não importando se é sábado, domingo ou feriado. A média salarial de um tele operador é de R\$520,00 – pouco mais que um salário mínimo atual que é de R\$465,00. Esse salário deveria servir para que cada trabalhador suprisse suas necessidades de alimentação, moradia, vestuário etc., entretanto, essa não é a realidade. Diante do fato de que quem gera a riqueza são os trabalhadores e não os patrões, portanto, a riqueza oriunda do trabalho deveria ser apropriada pela classe produtora da mesma. Obviamente isso só é possível por meio da destruição do grande capital, para que assim haja a possibilidade de um crescimento congruente da sociedade.

E mesmo nas condições atuais, da exploração do trabalho assalariado, com os constantes arrochos salariais, os burgueses fazem com que o trabalhador cada vez mais perca seu poder de compra. Trazendo a tona, principalmente num cenário de crise, a impossibilidade, dentro da lógica do capital, do homem se realizar. No caso dos trabalhadores de Call Center e de outras categorias super-exploradas, mesmo a sobrevivência imediata se dá de maneira extremamente precárias. De forma geral as pequenas conquistas financeiras obtidas pelos trabalhadores agora diante da crise econômica são arrancadas pelas garras ferozes do sistema capitalista. (2)

Vale ressaltar que dentro dessa lógica, o lucro das principais empresas do ramo de telefonia fixa e móvel, internet e TV a cabo, como TIM, Vivo, Telefônica, NET, Claro, Oi, Atento, Contax, dentre outras, alcançam todos os anos recordes em lucros líquidos de bilhões em Reais; tudo isso se dá, naturalmente, pela intensa exploração do trabalhador.

(1)Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels.

(2)Aumento do numero de carros apreendidos por falta de pagamento das prestações do financiamento de 33% a maior em 2009 em comparação com dezembro e junho de 2008.

Somente a exploração aumentou!

Antes da implementação dessa lei, um tele operador atendia cerca de 30 ligações (o que já era sufocante), após a lei, a quantidade de ligações chega a 60 ligações diárias sem nenhum intervalo significativo ou reajuste salarial substancial.

A autora Claudia Mazzei Nogueira em seu artigo *A Feminização do Trabalho no Mundo do Telemarketing* descreve o processo de exploração do trabalho humano numa das maiores empresas especializadas em Call Center prestado-



ra de serviço terceirizado no Brasil – a Atento: “O controle do trabalho é intenso e, em grande medida, facilitado pela avançada tecnologia presente nesse segmento. A máquina, por sua vez, torna-se tão absorvente que a possibilidade da existência de relações interpessoais é quase nula.” Continua explicando porque empresas com esse tipo de serviço se tornam cada vez mais atraentes: “Ao prestar um serviço especializado, reduz custos e flexibiliza as atividades de atendimento para as empresas e, ao mesmo tempo, intensifica a exploração e o controle sobre a força de trabalho.

Na perspectiva patronal esse serviço é positivo porque possibilita ajuste e mensurabilidade, evitando que as instituições façam grandes investimentos com resultados incertos de extração de mais-valia. O grupo Atento se converte

assim em ‘sócio estratégico’ das empresas e fonte de extração de sobre trabalho.”(3)

Todas as empresas citadas acima possuem várias ferramentas avançadas para controlar em tempo real as micro-pausas dos tele operadores, nesse quesito a autora segue falando sobre a intensificação e controle do ritmo de trabalho: “O controle do tempo é extremamente rígido, aliás, um controle funcional para sobrevivência do modo de sobre trabalho, fator imprescindível para a acumulação de capital. Toda essa intensificação da jornada de trabalho é um tempo sem liberdade impingindo o trabalhador em proveito de um fim específico de acumulação de capital.” Contudo, as empresas não agem sozinhas! Vários partidos e sindicatos pelegos enganam a classe com acordos com a patronal efetivando a implementação do escravismo e miseria-bidade assalariada.

No Estado de São Paulo a SINTETEL (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações) age criminosamente com os trabalhadores os enganando. Um exemplo sintético da ação desse sindicato é a realização regular de propagandas em folhetins aos funcionários da TIM que sempre anunciam uma suposta “conquista” do sindicato para os trabalhadores.

Nas últimas “campanhas”, fizeram saudosismo com a PLR (Programa de Participação nos lucros e resultados). Segundo o SINTETEL, esse programa funciona como modelo de administração participativa que busca integrar os funcionários da empresa com a administração, permitindo-lhes tomar parte das decisões e da organização do processo produtivo. Todavia, esse programa na prática visa sistematizar um controle de qualidade de maneira a garantir e superar as metas de produção estabelecidas pela empresa, iludindo o trabalhador com “prêmios” em dinheiro injetados no salário.

O interessante é que sindicatos como a SINTETEL encaram essa política de introdução de uma pequena quantidade em dinheiro ao salário como uma grande vantagem para o trabalhador. Vale ressaltar que essa medida fortalece a ideologia patronal, além de aumentar significativamente a produtividade e, por conseguinte, o lucro dos patrões. Enquanto o salário não é acrescido nem em 10% quando um funcionário alcança a meta imposta. Obviamente esse processo, no qual o trabalhador está submetido, vem causando revolta em muitos trabalhadores destas empresas.

Nenhuma confiança nos sindicatos e centrais pelegas!

Desde março desse ano trabalhadores da TIM começaram a se manifestar frente aos constantes ataques dos patrões, porém, o SINTETEL se manifestou contra a classe trabalhadora, realizou retaliações e perseguições por e-mail e telefone aos associados e funcionários da empresa a fim de descobrir os envolvidos nas manifestações. Tudo isso para deter a crescente indignação dos funcionários! Estes burocratas tentam intimidar os “suspeitos” discursando favoravelmente aos patrões, falando que já foram realizadas várias “conquistas” e que, portanto, a classe está realizada.

A burocratização sindical desses organismos afasta metodicamente os trabalhadores da prática sindical e política. Como exemplo pode-se citar o não apoio às lutas recentes, como a dos trabalhadores da TIM, dos servidores públicos do INSS, a greve dos funcionários, professores e alunos da USP e a abstenção no processo de “demissão voluntária” dos funcionários dos correios, entre outras.

(3)Publicado em Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil, sob organização de Ricardo Antunes, Outubro de 2006, editora Boitempo.



Outros sindicatos ligados a mesma sindical-burocrata, principalmente, a CUT e a Força Sindical, demonstram isso de maneira cínica e hipócrita. São diretamente ligados aos burocratas governistas do PDT e do PT, que apóiam a absurda exploração de mão-de-obra sob uma forma ainda mais perversa imposta pelo sistema capitalista, a terceirização.

Em plena crise econômica do neoliberalismo os trabalhadores

terceirizados, sempre perdem muito mais em relação aos empregados efetivos, pois os terceirizados possuem salários, "benefícios" e condições de trabalho inferiores, além da maior precarização do ambiente de trabalho.

Devemos nos organizar e realizar intervenções ancoradas em bandeiras classistas, ações organizadas fora da burocracia e oportunismo sindical, mas sem deixar de disputar e reivindicar um sindicato

realmente voltado aos interesses dos trabalhadores que promova o pensamento crítico para a classe trabalhadora! O que os sindicatos pelegos citados fazem é um crime contra os trabalhadores!

Nesse sentido, é muito importante denunciar aos trabalhadores as organizações, partidos e sindicatos que se auto-afirmam guardiões do proletariado, mas que na realidade são reacionários apaziguadores de rebelião popular.

A saída para educação é ensino público e de qualidade para todos

Por Marcela Militão e Rosi Santos (1)

BASTA!



"Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo"

Florestan Fernandes

Crise no sistema financeiro, por conseguinte crise na educação... Com a crise do sistema, que está em plena vigência, é natural que a ordem do capitalista procure formas para se salvar transferindo para os trabalhadores e para a juventude as conseqüências da crise. Perversamente atentando contra os serviços essenciais (2), aprofundando a exploração e a precarização(3), com arrochos salariais e o contingenciamento de verbas. Um desses serviços fundamentais mais atingindo é a educação, no qual professores e alunos estão submetidos a péssimas condições de ensino e de trabalho.

Trazemos nesta edição algumas reflexões sobre a atual situação da educação, principalmente aquela que deveria complementar e aprofundar o desenvolvimento intelectual e social dos jovens, a saber, o ensino superior; além de exemplos de universidades que vem passando por sérios problemas.

Na região do grande ABC contamos com a contribuição de uma companheira estudante da Fundação Santo André (FSA), loca-

lizada no ABC paulista, para fazer alguns apontamentos sobre esta instituição. A estudante traz dados impressionantes sobre os graves problemas que esta universidade vem passando.

A Fundação Santo André (FSA) foi criada em meados dos anos sessenta surgiu como uma alternativa para a formação de trabalhadores e filhos de trabalhadores da região do ABC paulista, a data de sua Fundação foi dada num momento de grande ascenso do movimento operário na região. A FSA formou, inclusive, importantes intelectuais de esquerda durante as últimas décadas.

Este ambiente no qual foi criada, imprimiu a esta instituição um compromisso social e público, possibilitando o acesso ao ensino superior de um pequeno setor das classes menos favorecidas da região. Segundo Maria,(4) quando fundada, em 1962, a Fundação era de direito público, ligada ao município e totalmente gratuita.

Com o passar dos anos vieram as mensalidades mas, ainda

assim, existia um subsídio municipal de 30% dos custos. Mas, este quadro piorou drasticamente com as sucessivas gestões petistas, a última e mais polemica delas foi a de Odir Bermelho.(5) Estas gestões resolveram inverter a ordem das coisas e transformar a instituição em uma Fundação de direito privado, ou seja, hoje a faculdade tem como única fonte de financiamento o pagamento de mensalidades.

Em suma, neste quesito hoje a Fundação se assemelha a qualquer outra faculdade particular. Mesmo que ainda seja gerenciada política e administrativamente pela prefeitura sua manutenção financeira é totalmente oriunda das mensalidades pagas pelos alunos. **"Resultado dessas más gerencias hoje a (FSA) está afundada em dividas e com o fim dos subsídios públicos, os gastos administrativos somam de 45 a 60% em relação às receitas, o aumento dos juros bancários pagos pela instituição é de 5162%."**(6)



Nesta profunda crise que a Fundação se encontra **não há outra saída para a instituição continuar existindo qualitativamente se não for tornada pública**. Maria aponta “que alguns cursos foram totalmente precarizados, ao ponto de no ano de 2008 dos 11 cursos de Licenciatura somente 3 abriram primeiros anos.” Segundo a companheira, existe em alguns cursos uma tremenda perseguição política aos estudantes e professores que discordam da forma de administrar do “Centro Universitário”; a Fundação foi considerada a única possibilidade de acesso à universidade de qualidade e com baixo custo para os trabalhadores da região.

Mas, as políticas que, infelizmente, esta instituição vem tomando são de caráter totalmente mercadológico e tecnicista, como: perseguições aos alunos inadimplentes - a gestão anterior chegou ao extremo de fechar salas de cursos considerados não vantajosos para mercado como os de ciências humanas -, aumento sistemático das mensalidades, além de processos contra aqueles que ousaram enfrentar o sucateamento da instituição.

No caso das perseguições, Maria diz que “tem amigos que declararão ter passado por constrangimento ao serem abruptamente surpreendidos com oficiais de justiça em sua porta, sendo questionados se possuíam bens para serem penhorados caso não pagassem o débito”. Devido a tais perseguições, há um levante do movimento estudantil desta instituição que luta pela gratuidade, ensino de qualidade e incentivo à pesquisa, sem que essa seja vendida às empresas como se pretende. Os estudantes entoam palavras de ordem como, “**Não paguei, não pagaria. Educação não é mercado-ria!**”, dando uma resposta a altura aos chefões da educação.

O Império Anhanguera

Os estudantes desta instituição estão sofrendo brutais golpes por parte da direção. Podemos exemplificar isso citando a situação dos alu-

nos da unidade Faenac em São Caetano do Sul, ABC paulista, que recentemente foi comprada pelo grupo Anhanguera. Estes estão sofrendo com medidas punitivas das mais constrangedoras. Os alunos que não conseguem arcar com as mensalidades, e por isso ficam endividados com mensalidades atrasadas, estão sendo barrados nas catracas, tem seus nomes retirados da lista de chamada e são impedidos de assistirem as aulas.

A Anhanguera foi a primeira empresa do “setor de educação” a ter capital na bolsa de valores. Só para termos uma idéia do potencial mer-



cenário desta instituição em menos de três anos ela realizou 20 aquisições e aumentou em seis vezes seu número de alunos.

A companhia hoje tem 220 mil alunos que representam grandes cifras, ou seja, educação para esta empresa é um grande negócio. Mas não para por aí, a instituição pretende crescer ainda mais à custa da não qualidade. É provável que suas metas sejam atendidas em breve já que o carro chefe da empresa é a LFG (setor especializado em pólos de ensino a distancia) que atua em várias frentes, ou seja, vale tudo para ganhar dinheiro, de cursos pagos preparatórios para concursos, até a prestação de serviços educacionais para a Microlins, cursos de curta duração totalmente voltados para o mercado de trabalho de baixa remuneração.

A Anhanguera se apresenta para os menos avisados como uma faculdade acessível, com mensalida-

des, supostamente, abaixo do preço de mercado. Mas, na prática, demonstra a sua tática de extração de mais lucro aprofundando a mercantilização do “ensino superior”, tratando a educação cada vez mais como uma mera mercadoria.

Como sabemos, estes relatos poderiam se enquadrar em uma série de outras instituições do ensino privado e também público. Em ambas percebemos práticas que visam por completo o sucateamento da educação dando ênfase ao ensino à distância, salas e laboratórios lotados e precários, projetos pedagógicos voltados ao lucro e não ao ensino, à pesquisa e à extensão. Políticas implementadas a partir de diretrizes de bases do Banco Mundial/FMI, cujos agentes no país são o MEC, os Governos Federal, Estadual e Municipal.

É VERGONHOSA a maneira que estas instituições vêm tratando a comunidade acadêmica e a própria educação. Fechar ou abandonar salas de aulas com turmas quase formadas, por acreditarem que são cursos que não trazem retorno financeiro é o ápice da ganância. Mas, sem dúvida nenhuma, estes cursos são aqueles que mais contribuem para elevação da criticidade da juventude, além de sua contribuição social valiosíssima. O fechamento destas salas e cursos traz também outro elemento, o político, pois os cursos de humanas são aqueles que historicamente sempre questionaram a estrutura de poder e a burocracia da universidade.

Estas universidades, infelizmente, expressam hoje, assim como tantas outras universidades, um retrato perverso de como nosso país se relaciona com questões pertinentes à formação e ao desenvolvimento científico. Trazendo à tona um quadro de evasão e exclusão de estudantes de baixa renda para o ensino superior. Por isso, ressaltamos a importância de tornar públicas as instituições de ensino privado, pois quando privatizadas em nada se diferencia de qualquer outro comércio.



Dados recentes divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) mostram que 737 mil estudantes universitários do país estudam em instituições reprovadas pelo MEC.⁽⁷⁾ O índice corresponde ao período de 2007 a 2008. Do número de instituições universitárias reprovadas na avaliação, reprovadas por falta de infra-estrutura, como laboratórios, bibliotecas, restaurante universitários - estes dados comprovam que os tubarões do ensino somente se preocupam em obter cada vez mais adeptos - boa parte destas universidades, contraditoriamente, são beneficiadas pelo Prouni. Ou seja, isso estatisticamente confirma que **verba publica deveria ir para escola pública.**

Neste sentido, apoiamos a federalização da Fundação Santo André, seguindo o exemplo da universidade Federal São João del-Rei (UFSJ), que há poucos anos teve seu processo de federalização concluído. Mostrando, não só viabilidade do ensino público de qualidade para todos, mas toda a urgência que tem a criação de mais vagas e mais universidades públicas para

atender a demanda crescente que temos.

Unificar estudantes e trabalhadores que lutam no país inteiro

Uns dos desafios do Movimento Estudantil (M.E) é fazer atividades concretas que se enfrentam com governo Federal contra o ReUNI, contra a UNIVESP, pelo fim do vestibular e tantas outras demandas. O movimento deve se unificar com todos e todas que lutam por uma educação pública, gratuita e de qualidade. **Outro grande desafio: lutar e conquistar a real democratização e autonomia universitária.**

Está claro que o M.E já demonstrou sua grandiosa combatividade, mas é necessário avançar mais, pois as quedas dos Reitores da UNIFESP, UNB, entre outras, inclusive a FSA, não garantiram a democratização da universidade e nem mudanças substanciais. Por isso, o ME deve caminhar lado a lado com a reorganização dos movimentos sociais que ocorre em todo país e realizar duros embates contra o governo Lula a UNE, CUT e outras direções burocráticas. As velhas direções ao manterem seu

caráter burocrático e economicista (8), ou pior, ao passarem para o lado do governo Lula, abandonam a luta da juventude e dos trabalhadores.

(1) Militantes e estudantes de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

(2) Os investimentos hoje na área da saúde representam o mesmo valor gasto pelo poder público no início da década de 90, e não chega à metade da média mundial. Dados da Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à Universidade de São Paulo (USP). Estes dados retratam que para este serviço não houve nenhum aumento de verbas, contraditoriamente vemos recursos dos cofres públicos sendo utilizado para salvar as grandes empresas.

(3) Demissões na Vale e GM, greve de estudante trabalhadores da USP, faculdades como São Marcos teve salários de docentes atrasados, sem contar as diversas ocupações em varias universidade do país contra o REUNI, corrupção e por melhorias na educação.

(4) Militante e estudante de História da FSA.

(5) Odair Bermejo, reitor envolvido em escândalos como desvio de verbas publica falsificações de notas ficais criação de cargos comissionados, corrupto deposto pelo Movimento.

(6) Dados disponíveis no blog Ocupação FSA.

(7) Dados do MEC tratam que as universidades particulares são as que obtiveram o pior desempenho 39%, receberam conceito de 1 e 2 dados considerados insatisfatória pelo MEC, enquanto as universidades Municipais e Federais se destacam com até 52% pontuação de 4 a 5 consideradas notas máximas.

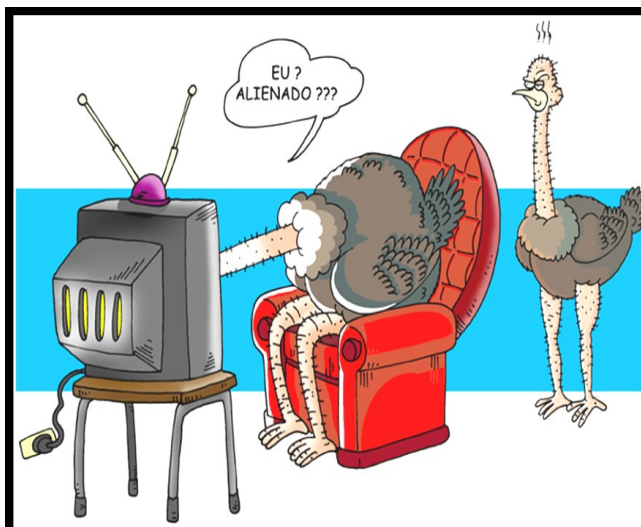
(8) Ver *Greve da Usp* nesta edição, onde apontamos com detalhes os erros e acertos políticos de algumas direções.

A Subversão e o Ócio Juvenil

Por Bruno Logan (1)

Não consigo deixar de notar o quanto a juventude atual, dotada de “liberdade e informação”, tem sido espoliada de sua capacidade de discernir o que é útil e proveitoso nos meios de comunicação. A cada dia tentam impor à juventude que aceite passivamente tudo aquilo que é jogado em cima dela através do aparelho doméstico, que por vez se localiza na sala e outrora em seus quartos. Este aparelho mágico que reluz e brilha como jóia é tratado como um tesouro, a jóia mais estimada das famílias de nossa sociedade atual, independente de classe social, raça ou credo.

Essa juventude se encontra imersa em assuntos que não trazem



benefícios significativos para sua grupo. realização, neste sentido, esta gera-

ção, com tantas “facilidades”, não aprendeu a lutar por seus objetivos, justamente por causa destas facilidades, talvez isso contribua para falta de energia, energia esta tão característica dos jovens.

E é aí que a mídia predominante e suja investe todas as suas armas e artimanhas descaradas a fim de promover falta de coragem no jovem, lhes proporcionando propagandas sem vergonhas, maçantes e brutais, colocando o jovem em uma trincheira, ou ele é o consumidor ou ele esta fora do



O grupo é fundamental para a estrutura social do jovem e esse esquema baixo e apelativo da sociedade capitalista quer transformar o jovem em um ser “sem noção nenhuma” do senso crítico, a favor de seus direitos sociais. Aliás, o senso crítico da juventude hoje é míope, completamente ofuscado pela apatia tornando-os, assim, uma juventude cheia de vontades e uma necessidade voraz pelo prazer aqui e agora, mas sem motivação para atingir uma verdadeira transformação social. E este desejo que os impulsionam para o tão sonhado prazer, é o mesmo que lhes proporciona cinismo e rebeldia. E é intencionalmente neste ponto que eu gostaria de chegar, porque esta rebeldia juvenil é o que alimenta a subversão. Contudo, não há virtude na subversão, se esta não levar ao conhecimento e à verdade não há virtude na subversão se não existir intenção de um futuro melhor, subverter por subverter, ser da oposição só para se opor, não leva nada e ninguém a lugar nenhum.

Esta subversão não pode existir apenas em função de uma rebeldia que se canaliza meramente para obtenção de objetivos fúteis. É imperioso que esta tenha raiz na verdade e no conhecimento, pois a subversão é uma arma a favor dos novos e bem intencionados ideais. Pulveriza leis e ordens que não passam de velhas e antigas engrenagens enferrujadas. Desmascara falsos líderes que só sabem “mamar nas tetas” de nossa nação.

Obviamente não trago em minhas palavras a verdade absoluta, mas não se pode negar que o núcleo duro do problema aqui levantado tem base na realidade. Por outro la-

do, temos alguns jovens sedentos por atenção, com línguas extremamente afiadas a fim de desorganizar qualquer tipo de ordem ou lei, acusando e especulando com qualquer tipo de argumento, todos aqueles que os interpelam com suposta autoridade, com o intuito de atingir o limite da petulância.

Não podemos esquecer de forma alguma que existiu todo um processo histórico-pejorativo da subversão em nosso passado opressor, isso é visto claramente no filme nacional chamado “Quase dois irmãos”, dirigido por Lúcia Murat, onde os presos políticos eram intitulados de subversivos, mantidos como presos tão perigosos como os presos comuns, e em alguns casos tidos como mais perigosos. Contudo, digo bem pelo contrário, a subversão é a uma ferramenta que a juventude possui para o seu bem, porque para haver evolução precisa existir a discórdia.

Até este ponto, venho criticando as condições e reações destes jovens, por isso não penso de modo algum que ele seja o único e verdadeiro culpado de sua falta de motivação, sua dificuldade para o mercado de trabalho, seu desenvolvimento pessoal e sua emancipação. O que mais me aflige é a pobreza cultural, nossa cultura não nos criou com senso crítico.

Há uma desmotivação dos jovens em buscar conhecimento em meio à globalização virtual e um completo “relaxo alfabetizacional”. Esta palavra que idealizei a partir da ótica de que os políticos encaram as escolas, não como um centro de formação, mas sim uma máquina velha que precisa ser abastecida com óleo;

e para eles quanto menor for o custo, melhor... Ela pode ranger, ela pode soltar fumaça, ela pode até pifar às vezes, não importa desde que ela exista afinal eles, os políticos, só precisam justificar sua existência.

Os jovens são por natureza hábeis em subverter, mas não utilizam esse potencial, como foi dito anteriormente. Entretanto é algo que está no espírito do jovem, esse é o potencial mais valioso que eles possuem, saindo do fluxo natural do rio, buscando o que querem, sabendo exatamente o que procuram como escreveu Bertold Brecht: “Do rio que tudo arrasta se diz violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”. Assim é o jovem, e assim é que ele tem que ser: acabar com as margens que os comprimem que os impedem sua evolução!

Acredito que os jovens devem cada vez mais buscar se instruir e deixarem de ser “analfabetos políticos”, somente assim, conseguirão um futuro melhor para si e para nossa nação. Já o futuro depende do quanto estamos dispostos a renovar nossos valores para que possamos definitivamente sair da escravidão, nos livrando, finalmente da ditadura do capital, somente assim, poderemos mudar a frase que contém em nossa bandeira do Brasil: “Ordem e Progresso”, ou seja, Ordem para o povo e Progresso para a burguesia.

(1) Bruno Logan é Agente de Proteção Social do programa UPAF do Município de São Paulo e estudante de Psicologia da Uni Paulistana.
Contato: psicologan@yahoo.com.br.



CONTATOS:

grupo.praxis@yahoo.com.br

www.praxis-socialismo-ou-barbarie.blogspot.com.br

(11)89814878